

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 16 a 20 de dezembro, em Brasília.

LEI ORÇAMENTÁRIA, PACOTE FISCAL, REFORMA TRIBUTÁRIA & DÍVIDA DOS ESTADOS

A uma semana do recesso legislativo, Congresso avança na análise de medidas orçamentária. As votações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), que determinarão a execução do Orçamento federal em 2025, estão previstas para esta semana. A Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida pelo deputado Júlio Arcoverde (PP/PI), analisará a LDO na terça-feira (17) e a LOA na quarta-feira (18). Sessão conjunta do Congresso Nacional está agendada para quinta-feira (19) para deliberar as duas propostas, embora o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), tenha indicado que a votação pode ser adiada para sexta-feira (20). O governo enfrenta pressões para liberar mais recursos de emendas parlamentares, buscando aprovar, inclusive, o pacote fiscal. A pauta do Congresso também inclui vetos presidenciais e projetos de lei relacionados a questões orçamentárias.

Na Câmara, o esforço concentrado terá a deliberação do pacote fiscal com um dos itens prioritários. Com sessões previstas de segunda (16) a quinta-feira (19), os parlamentares também devem se debruçar sobre pacote de cortes de gastos. O governo tem intensificado articulações para garantir a aprovação das medidas, incluindo a liberação de emendas de anos anteriores e a definição de diretrizes para gestores públicos a partir de 2025. No entanto, há insatisfações entre os parlamentares com pontos do pacote, como as mudanças no BPC, no Fundeb e no reajuste do salário-mínimo. Para evitar alterações que comprometam o alcance das propostas, o presidente Lula deverá se envolver diretamente nas negociações. A análise das medidas está prevista para começar entre terça (17) e quarta-feira (18), após a escolha dos

relatores pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL). Ainda, há a perspectiva de o Senado analisar os projetos caso a Câmara conclua as análises a tempo.

Além disso, a Casa Legislativa deve avançar na conclusão da regulamentação da reforma tributária. Os parlamentares devem analisar o texto final nesta terça-feira (17), após discussões com as lideranças partidárias, previstas para esta segunda-feira (16). Os deputados iniciaram a avaliação das alterações feitas pelo Senado no domingo (15), em reuniões com técnicos do Ministério da Fazenda e o presidente Arthur Lira (PP/AL). Entre as mudanças a serem examinadas estão a redução de 60% na alíquota dos serviços de saneamento básico, ampliação do redutor de alíquotas para o setor imobiliário e a exclusão de bebidas açucaradas da lista de produtos sujeitos ao Imposto Seletivo. O relator da reforma na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), destacou que o objetivo é assegurar que a alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) não ultrapasse o teto de 26,5%. Ele também sinalizou que parte das isenções aprovadas pelo Senado poderá ser revista para respeitar esse limite.

Já no Senado, parlamentares devem concluir projeto da dívida dos estados. Também em semana de esforço concentrado, o Senado fará a análise final do PLP 121/2024 nesta terça-feira (17). O texto retorna à Casa após mudanças na Câmara, na forma do substitutivo do deputado Doutor Luizinho (PP/RJ). A matéria deverá ser relatada pelo senador Davi Alcolumbre (União/AP), e, após a deliberação, será encaminhada à sanção presidencial. A Casa ainda deve analisar projetos sobre a reforma dos processos administrativo e tributário e a proibição da importação de resíduos sólidos.

Destaque da Semana

**Domingo-
Quinta**

- Realização do 19º Fórum de Governança da Internet (IGF, na sigla em inglês), encontro global promovido anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o tema “Construindo nosso Futuro Digital Multissetorial”, em Riad, Reino da Arábia Saudita.

Terça

- A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresenta o relatório Economia Brasileira 2024-2025, com as principais projeções da entidade para a economia no próximo ano.
- Realização do evento “Harnessing AI innovation while respecting privacy rights”, realizado pela OECD.AI.

Quarta

- A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulga a sua Sondagem Industrial.

Quinta

- A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulga a Sondagem Indústria da Construção.

Sexta

- Os órgãos do Poder Judiciário Federal entram em recesso no dia 20 de dezembro de 2024 e permanecem até 6 de janeiro de 2025. No período, o expediente fica suspenso e não há atendimento ao público.
- Último dia de atividades no Congresso Nacional. As atividades serão paralisadas oficialmente a partir de 23 de dezembro e só retornarão em fevereiro.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** participou, neste domingo (15), de coletiva de imprensa de sua equipe médica do hospital Sírio Libanês.

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** participou, neste sábado (14) de encontro com prefeitos e vice-prefeitos eleitos pelo PSB em São Paulo.

Reuniu-se, nesta segunda (16), com Luiz Carlos Corrêa, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

Além disso, reuniu-se com o presidente da EMBRAER, Francisco Gomes e, mais tarde, com o ministro da Defesa, José Múcio e o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

MCom

Ministério das Comunicações

Agenda do ministro – **Juscelino Filho** reuniu-se, no sábado (14), com o prefeito eleito de Teresina, Silvio Mendes, anunciando o projeto Escolas Conectadas.

Nesta segunda (16), concedeu entrevista ao jornal Bom dia Mirante.

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

A Agência realizará, nesta quarta-feira (18), a partir das 14h, a **224ª Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo**. Entre os itens da [pauta](#), destacam-se o edital das sobras da faixa de 700 MHz, o alerta da Defesa Civil e a atualização sobre a implantação do 5G. A reunião será transmitida ao vivo pelo [canal](#) da Anatel no Youtube.

MDIC

Ministério do Desenvolvimento,
Indústria, Comércio e Serviços

Agenda do ministro – **Geraldo Alckmin** participou, neste sábado (14) de encontro com prefeitos e vice-prefeitos eleitos pelo PSB em São Paulo.

Reuniu-se, nesta segunda (16), com Luiz Carlos Corrêa, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

Além disso, reuniu-se com o presidente da EMBRAER, Francisco Gomes e, mais tarde, com o ministro da Defesa, José Múcio e o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – Campos Neto em previsão de despachos internos em São Paulo.

Agenda dos diretores – O diretor de Política Monetária e futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, participou, nesta segunda (16), de café da manhã institucional promovido pela Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel) e Record.

Otávio Damaso, diretor de Regulação, palestrou sobre Open Finance em evento promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (Ibrac), em São Paulo. Também participou de almoço promovido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e reuniu-se com o CEO da Trinus.Co, Diego Siqueira.

Damaso; o diretor de Fiscalização, Aílton de Aquino, e o diretor de Organização do Sistema Financeiro e Resolução, Renato Gomes, participaram de audiência com representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), com participação de representantes da Bain, do Nubank, do Itaú, do Banco do Brasil e do Bradesco.

O diretor Aquino ainda teve reunião com o CEO do Agibank, Marciano Testa. O diretor Renato Gomes também participou de reunião com representantes do Scotiabank. O diretor de Administração, Rodrigo Teixeira, está de férias. Os demais diretores têm previsão de despachos internos.

Na quinta (19) o BACEN divulga, às 8h, o Relatório Trimestral de Inflação. Às 11h, haverá entrevista coletiva com o atual presidente da instituição, Roberto Campos Neto, e o próximo, Gabriel Galípolo, que assume o cargo em 2025.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2024 aumentou para US\$ 75 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano aumento para 4,89%. No caso do PIB 2024, os economistas do mercado financeiro aumentaram a estimativa de crescimento para 3,42%. Ainda, o mercado financeiro não divulgou a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic. Por fim, a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2024 aumentou para R\$ 5,99.

Poder Legislativo

Congresso Nacional

O **Congresso Nacional** convocou sessão deliberativa para esta quarta (18), destinada à deliberação do [PLN 3/2024](#) (*diretrizes para execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025*) e o [PLN 31/2024](#) (*Alteração da LDO 2024*), entre outras matérias orçamentárias.

Câmara dos Deputados

Em uma tentativa de aprovar o máximo de matérias em Plenário neste ano, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), suspendeu todas as reuniões e debates em comissões temáticas durante essa última semana. Um dos focos da votação é o texto da **Reforma Tributária** [PLP 68/2024](#) aprovado pelo Senado Federal na última semana, que agora passa por nova apreciação dos deputados, prevista para ocorrer na terça-feira (17).

Além da Reforma Tributária, o **Plenário da Câmara dos Deputados** poderá votar matérias do pacote de ajuste fiscal, em especial o [PL 4614/2024](#) (*pente fino nos benefícios*) e o [PLP 210/2024](#) (*regime fiscal sustentável*).

Senado Federal

O **Plenário do Senado Federal** poderá deliberar, nesta semana, entre outros, o [PLP 121/2024](#) (*renegociação da dívida dos estados com a União*), a [MPV 1254/2024](#) (*crédito ao setor agropecuário*), a [PEC 3/2020](#) (*segurança cibernética*), o [PLP 143/2024](#) (*sociedades cooperativas de seguros*) e o [PL 3944/2024](#) (*Política Nacional de Resíduos Sólidos*).

Política

Congresso fará duas sessões na semana para votar o Orçamento de 2025 e créditos extras. O Congresso Nacional (sessão conjunta da Câmara e do Senado) tem duas sessões agendadas na semana. Na quarta-feira (18), os parlamentares reúnem-se para votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 ([PLN 3/24](#)) e vários projetos que abrem créditos extraordinários ao Orçamento de 2024. [Fonte:](#) Agência Câmara de Notícias

Congresso tem uma semana para aprovar corte de gastos e Orçamento. O Congresso Nacional tem apenas esta semana para aprovar o pacote de corte de gastos apresentado pela equipe econômica do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o Orçamento. Na 6ª feira (20.dez.2024), deputados e senadores entrarão em recesso do Legislativo. Os próximos dias serão decisivos sobre como de fato será a economia de 2025. Na última 6ª feira (13.dez), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que é “perfeitamente possível” que o pacote de corte de gastos apresentado pelo governo federal seja votado na Casa antes do recesso de fim de ano. Além do pacote fiscal, ainda estão pendentes algumas das principais votações de interesse do Executivo. Pacheco disse que conversou com Camilo Santana, ministro da Educação, e prometeu agilidade em relação ao projeto de proibir celulares nas escolas. Já o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cancelou todas as reuniões de comissões para acelerar a análise do pacote de corte de gastos. [Fonte:](#) Poder 360

Para destravar votação de corte de gastos, governo libera R\$ 7,7 bi em emendas. O governo federal liberou, na segunda-feira (16), R\$ 7,7 bilhões de emendas parlamentares, como uma tentativa de aprovar as matérias que tratam do corte de gastos e conseguir fechar o ano com o Orçamento 2025 votado e resolvido. Os recursos foram suspensos pelo Supremo Tribunal Federal (STF). [Fonte:](#) Congresso em Foco

Ninguém no mercado tem mais responsabilidade fiscal do que eu, diz Lula. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse no domingo (15) que o pacote de corte de gastos foi enviado ao Congresso por seu governo, mas que Câmara e Senado têm soberania para mexer no texto. As preocupações com o aumento do gasto público e as reações do mercado, que levaram à cotação recorde do dólar e à queda na Bolsa brasileira, são, para Lula, uma “bobagem”. “Não é a primeira vez que eu sou presidente”, afirmou, em entrevista ao Fantástico, da rede Globo. “Ninguém no país, ninguém, do mercado, tem mais responsabilidade fiscal do que eu.” Entre as principais medidas do pacote, está a limitação do ganho real do salário mínimo, que vai acompanhar as mesmas regras do arcabouço fiscal —cujo limite de despesas tem expansão real de

0,6% a 2,5% ao ano. O governo também vai rever a regra de concessão do abono salarial, espécie de 14º salário pago a quem ganha até dois salários mínimos. Nos próximos anos, haverá uma transição para que o benefício passe a ser concedido a quem ganha 1,5 salário mínimo. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo

Sabino diz que União Brasil pedirá mais espaço no governo Lula. O ministro Celso Sabino (Turismo), afirmou que seu partido, o União Brasil, e outros, como o PSD e o MDB, pedirão mais espaço no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Segundo Sabino, a pressão em relação à questão é “constante”, mas tende a aumentar depois da eleição para presidentes da Câmara e do Senado. As declarações foram dadas em entrevista ao jornal O Globo, publicada no domingo (15.dez.2024) Sabino é um deputado licenciado do União Brasil do Pará. Sua nomeação para comandar o Ministério do Turismo, em agosto de 2023, marcou o 1º movimento do acordo do governo com o Centrão, grupo político. Na entrevista, Sabino afirmou que defenderá o nome do deputado federal Elmar Nascimento (União Brasil-BA) para comandar algum ministério se houver uma reforma ministerial depois das eleições no Congresso. [Fonte:](#) Poder 360

Reconstrução: Lula afirma que “2025 é o ano da colheita”. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou em entrevista ao programa Fantástico, da Rede Globo, no domingo (15/12), que a população vai colher nos próximos dois anos os resultados da reestruturação e relançamento de programas e políticas que foram retomadas e implementadas desde o início desta gestão do Governo Federal. “Tudo o que foi planejado a gente fazer, até agora, está cumprido. Tudo. Criamos o Novo PAC e lançamos todos os programas que tinham que ser lançados. Eu tenho dito para os meus ministros: nós já plantamos. Agora, em 2025, é ano da colheita. Vamos começar a colher o que plantamos. É um compromisso de honra meu”, assegurou o presidente Lula, que ressaltou os bons indicadores de crescimento econômico do país e índices históricos de emprego. O presidente também defendeu que o objetivo da segunda parte da Reforma Tributária, em fase final de aprovação no Congresso Nacional, não é gerar novos tributos ou aumentar impostos, mas otimizar a arrecadação da União, com simplificação e modernização na cobrança de tributos pagos pela sociedade. “Não queremos fazer uma reforma para aumentar tributos. Achemos que se o Brasil arrecadar corretamente os tributos já estabelecidos por lei, o Brasil vai ter arrecadação suficiente para cuidar das coisas”, garantiu. [Fonte:](#) Agência Brasil

Economia

Brasil terá maior alíquota do mundo após reforma tributária no Senado. As concessões de última hora no projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária farão o Brasil ter a maior alíquota de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do planeta. O futuro IVA será de 28,55%, superando a Hungria, país que atualmente cobra 27% e lidera a cobrança do tipo de tributo. Aprovada pelo Senado na quinta-feira (12), a proposta voltará a Câmara dos Deputados. Apenas a inclusão do setor de saneamento na alíquota reduzida em 60% elevará a alíquota em 0,38 ponto percentual. Apresentado pelo relator da reforma tributária no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), o cálculo de 28,55% é preliminar. O número poderá subir após o secretário extraordinário da Reforma Tributária no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, apresentar os cálculos definitivos. [Fonte:](#) Agência Brasil

Reforma tributária: relator diz estar trabalhando para reduzir alíquota em 0,7 ponto porcentual. O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), relator do projeto de regulamentação da reforma tributária na Câmara dos Deputados, anunciou na segunda-feira, 16, que trabalha para reduzir em 0,7 ponto porcentual a alíquota padrão do novo sistema tributário, ajustando mudanças introduzidas pelo Senado. Segundo ele, a medida é essencial para garantir que a alíquota do novo IVA não ultrapasse o limite estipulado de 26,5%. “Estamos trabalhando na perspectiva de apresentar ao colégio de líderes uma redução de 0,7 nas mudanças [na alíquota] que os senadores fizeram. Então, justamente, porque nós vamos reafirmar a trava, ou seja, garantir para a sociedade brasileira que a alíquota não será superior a 26,5%”, disse o parlamentar, em entrevista à GloboNews. “No nosso cálculo, é possível algumas alterações. Nós apresentamos ao presidente da casa Arthur Lira, juntamente com os correlatores, a nossa proposta que reduz em 0,7 (ponto porcentual) a alíquota.” [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

“A espinha dorsal da reforma está preservada”, afirma Appy após aprovação do PLP 68 pelo Senado. O Senado aprovou, na quinta-feira (12/12), o Projeto de [Lei Complementar \(PLP\) 68/2024](#), que institui a

Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS); o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS); e o Imposto Seletivo (IS). O texto recebeu 49 votos favoráveis e 19 contrários. Apesar de novas exceções terem sido acrescentadas ao projeto, o Ministério da Fazenda avaliou positivamente a versão aprovada pelo Senado. “A espinha dorsal da reforma está preservada”, afirmou o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Ainda no plenário, de onde acompanhou a sessão, Appy fez questão de agradecer ao Senado Federal e, em especial, ao relator do projeto, senador Eduardo Braga (MDB-AM), que recebeu, ao longo da tramitação na casa um total de 2.235 emendas e acatou 656. No plenário, na iminência do começo da votação, os senadores apresentaram 64 novas emendas, das quais 16 foram acatadas. O secretário manifestou seu entendimento sobre a questão, que vai ao encontro do posicionamento do Ministério da Fazenda, ao dizer que, como em todas as etapas de tramitação da reforma no Congresso Nacional, exceções foram adicionadas, mas que entende que esse é o “custo político” da aprovação do novo sistema de tributação do consumo do país. Ao cumprir os ritos regimentais da casa, a leitura do texto pelo relator Eduardo Braga, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, foi feita na terça-feira (11/12). No dia seguinte, a comissão realizou, sob condução do seu presidente, o senador Davi Alcolumbre (União-AP), a sessão de votação do projeto, que durou cerca de oito horas. Aprovado, o projeto seguiu para o plenário. Como ocorreram mudanças no texto por parte dos senadores, o PLP retorna agora para a Câmara dos Deputados – onde havia sido aprovado em julho – para análise das alterações. Isso deve ser feito na próxima semana. O relator do projeto na Câmara é o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). O projeto tem, no momento, mais de 530 artigos e 23 anexos. [Fonte:](#) ASCOM MF

Corrente de comércio chega a US\$ 10,4 bi na segunda semana de dezembro. Na 2ª semana de dezembro de 2024, a balança comercial registrou superávit de US\$ 0,759 bi e corrente de comércio de US\$ 10,4 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$ 5,6 bilhões e importações de US\$ 4,8 bilhões. No mês, as exportações somam US\$ 11,4 bilhões e as importações, US\$ 9,8 bilhões, com saldo positivo de US\$ 1,6 bilhão e corrente de comércio de US\$ 21,2 bilhões. No ano, as exportações totalizam US\$ 323,6 bilhões e as importações, US\$ 252 bilhões, com saldo positivo de US\$ 71,4 bilhões e corrente de comércio de US\$ 575,9 bilhões. Esses e outros dados foram divulgados na segunda-feira (16/12), pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC). [Fonte:](#) ASCOM MDIC

Contas públicas de 2025 e 2026 terminarão no vermelho, diz Tesouro. O Tesouro Nacional projeta que as contas públicas do governo terminarão 2025 com um déficit primário equivalente a 0,4% do PIB (Produto Interno Bruto). Para o ano seguinte, a expectativa é um rombo de 0,1%. As estimativas estão no Relatório de Projeções Fiscais, divulgado na 2ª feira (16.dez.2024). Eis a [íntegra](#). Os resultados projetados não implicam em um descumprimento da meta fiscal estabelecida pela equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Há categorias de despesas que ficam fora do objetivo para as contas públicas, como o pagamento de precatórios. Além disso, há um intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB para a concretização das metas. Em resumo: as despesas que ultrapassam o teto não são contabilizadas para o fim de cumprimento. [Fonte:](#) Poder 360

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. Na terça (17), o Plenário do STF se reúne para julgar, presencialmente, dentre outras, o [ARE 1369122](#), sobre a incidência da contribuição destinada ao Senar sobre a receita bruta relativa à comercialização da produção rural. Na quarta (18), a [ARE 959620](#), relativa à ilicitude da prova obtida a partir de revista íntima de visitante em estabelecimento prisional, e os [PET 6455](#), [PET 6477](#), [PET 6487](#), [PET 6490](#), [PET 6491](#), [PET 6517](#), sobre a controvérsia do perdimento de bens e valores determinado com escopo nas cláusulas contratuais firmadas em acordo de colaboração premiada celebrado entre réus e o Ministério Público Federal. Os órgãos do **Poder Judiciário Federal** entram em **recesso** no dia 20 (sexta) e permanecem até 6 de janeiro de 2025 (segunda). No período, o expediente fica suspenso e não há atendimento ao público. [Fonte:](#) Foco – Relações Governamentais com informações de ASCOM STF

Último Foco

Reforma tributária assegura desconto de 30% e até isenção de IBS e CBS. Anvisa colocou em consulta pública uma proposta de atualização da norma sobre registro A regulamentação da reforma tributária concede tratamento especial a uma série de contribuintes. Os diferentes regimes de tributação vão desde um abatimento de 30% sobre o valor da alíquota até a isenção do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS). O [projeto de lei complementar \(PLP\) 68/2024](#) foi aprovado pelo Senado na quinta-feira (12), com relatoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), e aguarda deliberação da Câmara dos Deputados. [Fonte:](#) Agência Senado

ANPD processa TikTok, X, Uber, Dell, Vivo e mais 15 por falta de DPO. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados iniciou um processo de fiscalização envolvendo 20 empresas de grande porte que não indicaram o contato do Encarregado pelo tratamento de dados pessoais, conforme exigido pelo Artigo 41 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). A medida também se estende a organizações que, além de não disponibilizarem um canal de comunicação adequado para atender aos titulares de dados, oferecem canais que não são efetivos, dificultando o exercício de direitos como acesso, correção e exclusão de dados pessoais. A iniciativa integra o Ciclo de Monitoramento e está alinhada ao Mapa de Temas Prioritários 2024-2025, que destaca a garantia dos direitos dos titulares como um dos eixos centrais de atuação da Autarquia. “A ausência de um Encarregado ou de um canal de comunicação eficaz impede que os titulares de dados exerçam seus direitos e compromete a transparência no tratamento de informações pessoais. Esse cenário prejudica tanto os titulares quanto a atuação da ANPD, que depende dessa interlocução para assegurar a conformidade com a LGPD”, explica Fabrício Lopes, Coordenador-Geral de Fiscalização da ANPD. [Fonte:](#) Convergência Digital

STF ativa MARIA, IA generativa que vai analisar processos e relatar votos. O Supremo Tribunal Federal (STF) lança, na segunda, 16/12, uma nova ferramenta de inteligência artificial. O Módulo de Apoio para Redação com Inteligência Artificial (MARIA) reúne diversas funcionalidades com o objetivo de tornar mais ágil a redação de textos no Tribunal. A MARIA inaugura, no STF, o uso de inteligência artificial generativa, ramo da inteligência artificial (IA) que cria novos conteúdos, como textos, imagens, vídeos, música e áudio, a partir de dados pré-existentes. Nesse primeiro momento, a ferramenta contará com três funcionalidades: elaboração de resumos de votos, elaboração de relatórios em processos recursais e análise inicial de processos da classe Reclamações (RCLs). Todas elas foram pensadas para auxiliar o trabalho de ministros, servidores e colaboradores no âmbito do Tribunal. Com a funcionalidade da elaboração de um voto, a ferramenta pode gerar automaticamente a minuta da ementa, resumindo o entendimento do ministro sobre a matéria em questão, já no novo formato de ementas adotado pelo Tribunal. O conteúdo gerado pelo robô será revisado e editado diretamente no STF-Digital, sistema integrado à MARIA. Essa funcionalidade foi desenvolvida internamente pelas equipes do STF. [Fonte:](#) Convergência Digital

Teles querem posteiro como condição para renovação das concessões elétricas. Terminou no começo do mês a consulta pública 027/2024 da Aneel, a agência do setor elétrico, a respeito das regras para a renovação dos contratos de concessão das atuais distribuidoras de energia. E o que parecia um debate confinado a quem atua no segmento contou com a participação de diversos atores, inclusive, entidades que representam as empresas de telecomunicações, como Conexis Brasil Digital, Abrint, e Associação Neo, que defenderam a cessão da faixa compartilhada com telecom para exploração de um terceiro, chamado informalmente no mercado de “posteiro”. A Conexis enviou contribuição cobrando a adição de um artigo que obrigue as concessionárias de energia elétrica a ceder a um posteiro a faixa de ocupação e pontos de fixação destinados ao compartilhamento de postes com o setor de telecomunicações. Defende que as distribuidoras sejam remuneradas pela cessão, e que os posteiros explorem a infraestrutura conforme regulação conjunta de Aneel e Anatel. [Fonte:](#) Telesíntese

MDIC coordenará Câmara Técnica de Economia Digital no CITDigital. Foi sancionado na quinta-feira (12/12), o decreto 12.308/2024, que institui o Comitê Interministerial para a Transformação Digital (CITDigital). O órgão colegiado tem como finalidade assessorar o Presidente da República na elaboração, na implementação e no acompanhamento de políticas públicas destinadas à transformação digital. Pelo decreto, a Secretaria-Executiva do CITDigital será exercida pela Casa Civil da Presidência da República, já a Transformação Digital do Estado será coordenada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), e a Câmara Técnica de Economia Digital ficará sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O decreto também define os grupos internos do CITDigital. [Fonte:](#) ASCOM MDIC

Senado consegue avanços em marco regulatório da IA. A regulação da inteligência artificial (IA) começou a ganhar corpo no Brasil com o marco aprovado pelo Senado para ditar regras para a nova tecnologia, uma prioridade para o país. Ainda que sejam necessárias melhorias pontuais, o texto traz avanços ao prever a remuneração de direitos autorais de conteúdos usados no treinamento dos modelos e ao estabelecer uma classificação de riscos para os diferentes sistemas. É preciso agora que a base do projeto seja mantida sem grandes alterações na Câmara dos Deputados, onde haverá maior pressão das big techs, com apoio da bancada bolsonarista, para afrouxar importantes garantias incluídas pelos senadores. [Fonte:](#) Valor Econômico

Câmara aprova fim da cobrança de roaming entre países do Mercosul. A Câmara dos Deputados aprovou na 5ª feira (12.nov.2024) o PDL (Projeto de Decreto Legislativo) 159/2022, que prevê o fim da cobrança da taxa adicional de roaming entre países do Mercosul. O texto segue para análise do Senado. A proposta foi apresentada pela representação brasileira no Parlamento do Mercosul, aprovando o texto do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul, assinado pelos Estados-Partes do bloco em 17 de julho de 2019. O objetivo, segundo parecer do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), apresentado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, é permitir que os usuários de telefonia celular em trânsito nas nações do bloco sejam tarifados segundo o plano contratado no seu país de origem, sem encargos adicionais. [Fonte:](#) Poder 360

STF confirma validade do modelo de trabalho intermitente. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na sexta-feira (13) confirmar a constitucionalidade do contrato de trabalho intermitente, inserido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) pela reforma trabalhista de 2017. Pelo placar de 8 votos a 3, os ministros mantiveram as mudanças que foram feitas na legislação trabalhista para inserir o modelo de contratação. O caso entrou em julgamento no plenário virtual da Corte na semana passada após ser interrompido em setembro de 2024 por um pedido de vista. [Fonte:](#) InfoMoney

Audiência pública é prejuízo contado para plataformas, mas não muda cenário. As plataformas que intermedeiam o trabalho de motoristas e entregadores têm trabalho extra agora que foi encerrada a audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF) que tratou da discussão sobre vínculo empregatício. Até que o processo seja julgado, as empresas precisam levar mais informações aos demais integrantes do STF, já que o relator do processo que motivou a audiência — Luiz Edson Fachin — já indica o caminho que deve adotar no seu voto: a favor da existência do vínculo. [Fonte:](#) Jota